

Avaliações de Impacto de Programas Públicos no Estado de São Paulo

Dezembro 2017

Avaliação de impacto na renda e/ou nas condições de vida dos beneficiários do programa Banco do Povo Paulista

RESULTADOS FINAIS



Governador do Estado

Geraldo Alckmin

Vice-Governador do Estado

Márcio França

Secretário de Planejamento e Gestão

Marcos Monteiro

SEADE

Fundação Sistema Estadual
de Análise de Dados

Presidente

Carlos Antonio Luque

Diretor Executivo

Dalmo Nogueira Filho

Diretor-adjunto Administrativo e Financeiro

Silvio Aleixo

Diretora-adjunta de Análise e Disseminação de Informações

Rovena Negreiros

Diretora-adjunta de Metodologia e Produção de Dados

Margareth Izumi Watanabe

Chefe de Gabinete

Sérgio Meirelles Carvalho

Conselho de Curadores

Antonio de Pádua Prado Junior

Cassiana Montesião de Sousa (suplente)

Eduardo de Rezende Francisco

Eugenia Troncoso Leone

José Carlos de Souza Santos

Leonardo Theodoro Büll

Márcia Furquim de Almeida

Vladimir Kuhl Teles

Conselho Fiscal

Belinda Fei Hen Chu

João Paulo Nardi Arruda

Mirtes Lika Tukada

São Paulo

2017

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	2
PROGRAMA BANCO DO POVO PAULISTA – BPP	2
<i>Números e valores do programa</i>	4
PPA 2016-2019.....	5
<i>Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista</i>	8
<i>Resultados</i>	14
<i>Perfil dos beneficiários</i>	14
<i>Percepção de melhora nas condições de trabalho</i>	18
<i>Avaliação de impacto do Programa Banco do Povo Paulista</i>	20
<i>Modelo de diferenças em diferenças</i>	22
<i>Impacto – pessoa jurídica</i>	24
<i>Impacto – Pessoa física</i>	32
RESULTADOS COMPLEMENTARES	34
<i>Beneficiários que não estão em atividade</i>	34
<i>Beneficiários classificados como inadimplentes pela pesquisa</i>	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
ANEXO 1 – Questionário.....	37
ANEXO 2 – Perfil dos beneficiários segundo situação do negócio.....	41
ANEXO 3 – Perfil dos beneficiários inadimplentes.....	44
ANEXO 4 – Perfil dos beneficiários pessoas físicas segundo tempo no programa	47

APRESENTAÇÃO

O Banco do Povo Paulista (BPP) é um programa de microcrédito produtivo desenvolvido pelo governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert), em parceria com prefeituras. Iniciado em 1998, o BPP oferece financiamentos a empreendedores de micros e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo, com valores de R\$ 200 a R\$ 25 mil e taxa de juros de 0,35% ao mês, a menor do país.

O objetivo desse programa é promover o empreendedorismo e a geração de emprego e renda, bem como viabilizar o desenvolvimento social e econômico local.

Com a finalidade de avaliar o impacto dos recursos recebidos do programa Banco do Povo Paulista na renda, no faturamento e desenvolvimento do negócio dos beneficiários, foi firmado um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Planejamento e Gestão – SPG e Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert) – Banco do Povo Paulista –, no qual a Fundação Seade é responsável pela realização de pesquisa com os beneficiários do programa e também pela metodologia e execução da avaliação.

Este produto apresenta o programa Banco do Povo Paulista, a pesquisa com os beneficiários do programa, os principais resultados e as considerações finais.

PROGRAMA BANCO DO POVO PAULISTA – BPP

A partir do final dos anos 1990, a concessão de microcrédito surgiu como um importante componente das políticas públicas voltadas para geração de emprego e renda por meio do fortalecimento de pequenos negócios. Esses programas partem do pressuposto de que é necessário oferecer uma alternativa de concessão de créditos para o pequeno empreendedor que enfrenta dificuldades para obtenção de créditos pelo modelo tradicional. Tal empreendedor atua, em geral, no setor informal, não possui garantias e demanda operações de baixo valor.

Daltro e Santana¹ mostraram que, na literatura, a lista de efeitos potenciais da oferta de microcrédito engloba desde a redução da pobreza e geração de emprego

1 DALTRO, H. S.; SANTANA, J. R. Uma avaliação da importância econômica e da sustentabilidade financeira das operações de microcrédito: a experiência do Banese. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 44, n. 4, p. 931-956, out./dez. 2013.

até a importância econômica dessa atividade para o desenvolvimento local. Em relação à efetividade da oferta de microcrédito para a redução da pobreza, os autores listam alguns estudos² que apontam efeitos positivos do programa para a diminuição da pobreza. Já sobre a geração de emprego e renda, eles destacam trabalhos que mostram a importância da inclusão dos microempreendedores informais em uma modalidade de crédito alternativa ao modelo de financiamento tradicional, dado que esses pequenos empreendedores estão excluídos desse último.³

No Estado de São Paulo, o Banco do Povo Paulista é o programa que traduz a política do governo estadual na oferta de crédito produtivo popular por meio da concessão de microcrédito para empreendedores formais e informais.

O BPP, cuja denominação legal é Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular do Estado de São Paulo, é um programa de microcrédito produtivo desenvolvido pelo governo do Estado, por meio da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert), em parceria com prefeituras municipais e foi iniciado em 01 de janeiro de 1998. O Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular do Estado de São Paulo é vinculado à Secretaria Estadual da Fazenda e tem como agente financeiro o Banco do Brasil, que atua como mandatário do Estado na contratação e cobrança dos financiamentos.

Esse programa tem como objetivo oferecer financiamentos a empreendedores de micro e pequenos negócios, para capital de giro e investimento fixo com o objetivo de promover o empreendedorismo e a geração de emprego e renda, bem como viabilizar o desenvolvimento social e econômico local. Entre seus beneficiários encontram-se empreendedores de micro e pequenos negócios, produtores rurais,

2 ALMEIDA, W. L. SANTANA, J. R. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste: uma avaliação a partir do programa Crediamigo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 42, n. 1, jan./mar. 2011.

COSTA, L. M. *O microcrédito e a geração de emprego e renda no norte de Minas: ênfase ao Crediamigo do Banco do Nordeste*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

NERI, M. (Org.). *Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro, perfil e performance dos clientes de Crediamigo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

RAPIS, C. *O microcrédito e o combate à pobreza*. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

3 CONCEIÇÃO, J. H. M. *Microcrédito como ferramenta de geração de renda e emprego: uma análise de experiências públicas municipais*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2005.

LOPES, L. S. *O microcrédito como política pública de emprego e renda e o trabalho para mulheres no mercado informal em Fortaleza*. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2007.

motofretistas, taxistas e mutuários da Companhia do Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

São elegíveis para o programa pessoas física e jurídica que desenvolvem atividade produtiva (formal ou informal) nos municípios contemplados pelo BPP. Em caso de pessoa física, deve residir ou ter negócio no município há mais de dois anos, ter faturamento bruto de até R\$ 360 mil/ano e não possuir restrições cadastrais. Também é exigida como garantia a presença de um avalista e, no caso de financiamento de automóveis e motocicletas, ocorre a alienação fiduciária dos bens financiados.

Os financiamentos são viabilizados por meio de parcerias com os municípios, para a constituição de um Fundo de Investimento no município. O governo estadual participa com 90% dos recursos financeiros do Fundo de Investimento, gerencia e supervisiona as atividades operacionais e responde pela seleção e treinamento dos agentes de crédito. Os municípios parceiros disponibilizam o espaço físico, infraestrutura, recursos humanos e manutenção da unidade local, além da participação financeira de 10% do Fundo Municipal.

Os valores dos empréstimos variam de R\$ 200 a R\$ 25 mil, com uma taxa de juros de 0,35% ao mês, divididos em cinco linhas de crédito: de R\$ 200,00 até R\$ 15.000,00 para pessoa física com atividade produtiva; de R\$ 200,00 até R\$ 6.000,00 para pessoa física motofretista ou mototaxista; de R\$ 200,00 até R\$ 20.000,00 para pessoa física produtor rural (com exigência de CNPJ rural); de R\$ 200,00 até R\$ 20.000,00 para pessoa jurídica (inclusive MEI) e agronegócio; e de R\$ 200,00 até R\$ 25.000,00 para cooperativa produtiva/associação produtiva.

Por essas linhas de crédito podem ser financiadas a abertura e regularização de empresas, compra de mercadorias e matérias-primas, compra e conserto de máquinas, equipamentos, automóveis e motocicletas e compra de animais e insumos agrícolas.

Números e valores do programa

Segundo o sistema SIGA, desde a sua implantação em 01/09/1998 até 31/10/2015, o volume total dos recursos emprestados pelo Programa Banco do Povo Paulista é da ordem de 1,6 bilhão de reais, com 538 unidades implantadas.

No período de janeiro a outubro de 2015, foram assinados 25.086 contratos, totalizando 146 milhões de reais, com um valor médio de R\$ 5.831,94 por operação. Apenas no mês de outubro foram concedidos 2.060 empréstimos, totalizando 12 milhões de reais, com um valor médio por operação de R\$ 5.990,77. A Tabela 1 apresenta um histórico das operações do BPP a partir de 2008 até 31/10/2015.

Tabela 1
Contratos assinados e recursos emprestados pelo
Banco do Povo Paulista – BPP
Estado de São Paulo – 2008-outubro de 2015

Anos	Número de contratos	Recursos emprestados (em reais)
2008	20.409	78,09 milhões
2009	25.573	92,38 milhões
2010	28.823	107,25 milhões
2011	32.074	132,74 milhões
2012	35.887	188,50 milhões
2013	33.676	185,91 milhões
2014	36.845	221,39 milhões
2015 (até 31/10)	25.086	146,30 milhões

Fonte: Relatório SIGA atualizado em 13/11/2015.

Segundo o relatório SIGA os pontos críticos do programa são a alta inadimplência, acumulada desde o início do programa, o quadro de pessoal reduzido para gerenciamento e controle do programa e a falta de aportes do Estado para atendimento da demanda dentro do prazo desejável. De acordo com o mesmo relatório, em relação à inadimplência estão sendo aplicadas medidas para redução da taxa, em conjunto com o Banco do Brasil, agente financeiro do Fundo.

PPA 2016-2019

O BPP corresponde ao programa 2308 – Fomento ao empreendedorismo, com R\$ 22.297.959,00 de recursos orçamentários. Dois produtos estão associados ao programa: concessão de empréstimo para empreendedores, associações e

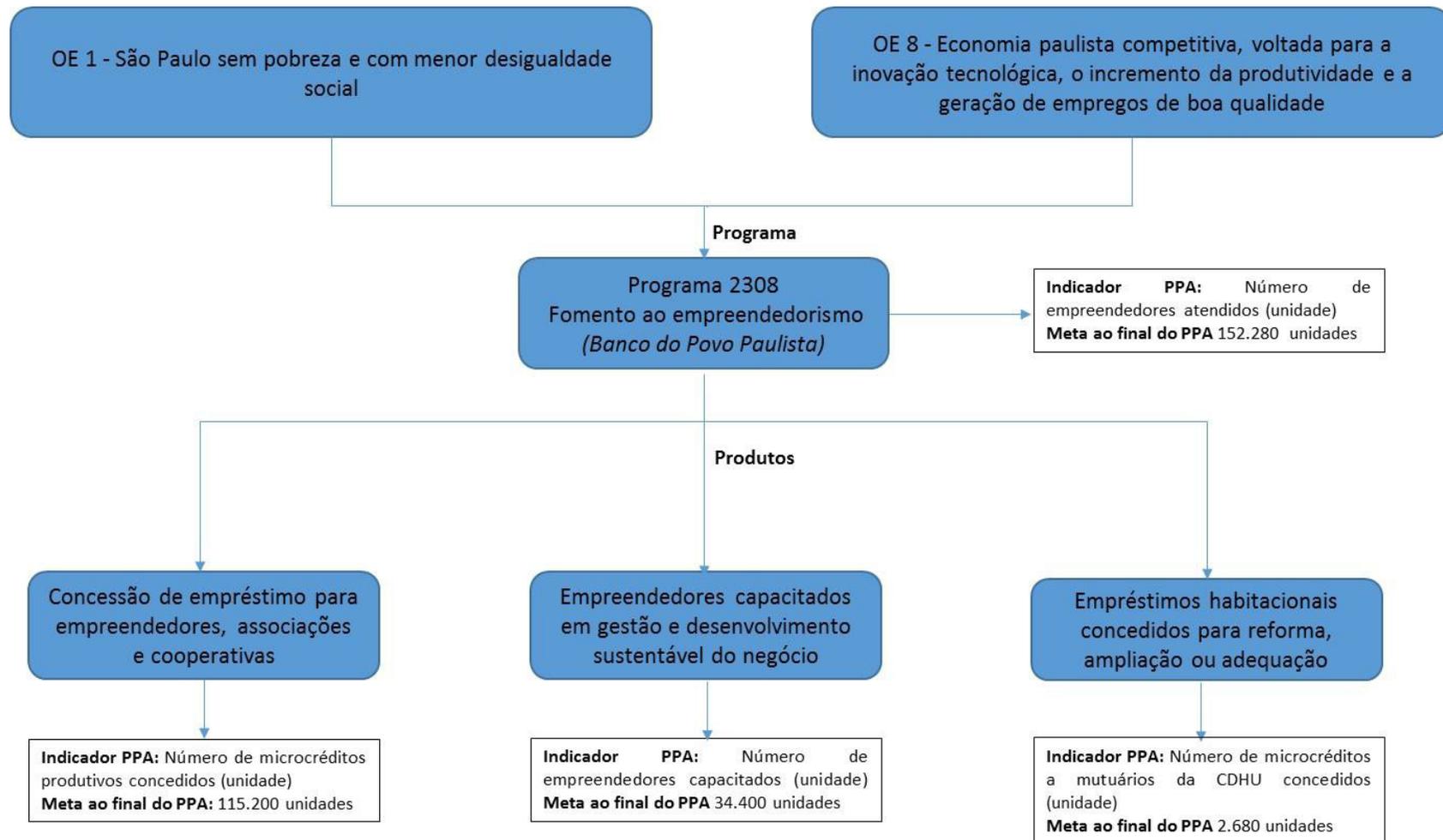
cooperativas, empreendedores capacitados em gestão e desenvolvimento sustentável do negócio; e empréstimos habitacionais concedidos para reforma, ampliação ou adequação. Em relação aos 11 objetivos estratégicos, o BPP está associado ao OE 1 – São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social e ao OE 8 – Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade (Figura 1).

Os indicadores de impacto relacionados aos dois objetivos estratégicos são:

- **Objetivo Estratégico 1:** São Paulo sem pobreza e com menor desigualdade social
 - índice de Gini da renda domiciliar total (meta para 2019: 0,561);
 - população com rendimento domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (meta para 2019: 3,1%);
 - pessoas em situação de trabalho vulnerável em relação ao total de pessoas ocupadas (meta para 2019: 21,5%);
 - razão entre o percentual de negros e indígenas com renda domiciliar *per capita* inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e percentual de brancos e amarelos nessa faixa de renda (meta para 2019: 1,6).

- **Objetivo Estratégico 8:** Economia paulista competitiva, voltada para a inovação tecnológica, o incremento da produtividade e a geração de empregos de boa qualidade
 - índice do PIB real (base 2002=100) (meta para 2019: 1,333);
 - PIB *per capita* (meta para 2019: R\$ 33.593,32);
 - número de patentes geradas no Estado de São Paulo (meta para 2019: 3.948);
 - saldo da balança comercial do Estado de São Paulo (meta para 2019: R\$ 3.315.565,00).

Figura 1
Objetivos estratégicos e produtos associados ao programa Banco do Povo Paulista no PPA 2016-2019



Fonte: PPA 2016-2019; Fundação Seade.

Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista

A amostra da pesquisa de avaliação utilizou como sistema de referência o cadastro de beneficiários do programa Banco do Povo Paulista, que contém as informações pessoais e do negócio, além dos valores e prazos do crédito pretendido pelos interessados em receber os créditos do programa. Quando aprovado, o cadastro entra numa fila de espera até que o crédito seja liberado.

O cadastro final foi recebido pela Fundação Seade em fevereiro de 2017, com beneficiários que receberam a concessão entre julho/2010 e novembro/2016. A partir desse cadastro selecionaram-se como universo do estudo aqueles com créditos concedidos no período de janeiro de 2014 a novembro de 2016, sendo essa a data mais recente no banco de dados.

A partir do cadastro foi construída uma variável de condição de adimplência e de inadimplência,⁴ considerando a data da parcela atual, a data de concessão, a data de término e o número de parcelas do contrato. No final foram classificados como inadimplentes e excluídos da análise os beneficiários que, em novembro de 2016, tinham pelo menos duas parcelas em atraso, representando cerca de 11% do total dos beneficiários.

A exclusão dos beneficiários classificados como inadimplentes pela pesquisa deveu-se ao fato de que para o microcrédito a inadimplência está associada tanto à capacidade de pagamento quanto às características do empreendedor e de seu negócio. Para Kwitko (1999)⁵ e Ipea,⁶ no que se refere à concessão do microcrédito, o risco de inadimplência baseia-se nos C's do crédito (Caráter, Capacidade, Capital,

⁴ Essa condição de inadimplência reflete aquele momento do beneficiário no cadastro, com as suposições feitas na criação dessa variável, podendo não ser igual à sua condição no programa.

⁵ KWITKO, E. E. B. (Coord.). Manual para Formação de Agentes de Crédito: Programa de Crédito Produtivo Popular. Rio de Janeiro: BNDES, 1999. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>.

⁶ ARAÚJO, A. A. Risco de Crédito: Desenvolvimento de modelo Credit Scoring para a gestão da inadimplência de uma instituição de microcrédito. Tema 3: Sistema Financeiro e Desenvolvimento Econômico. Prêmio IPEA Caixa 2006 – 2º lugar profissional. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ipeacaixa/premio2006/docs/trabpremiados/IpeaCaixa2006_Profissional_02lug_ar_tema03.pdf>.

Colateral, Condições)⁷. Já para Bruett (2002)⁸ dentre os C's do crédito, os elementos caráter e capacidade de pagamento do tomador são os mais importantes para a análise de risco de inadimplência nas instituições de microcrédito.

Assim, dada a impossibilidade de distinguir para os beneficiários classificados como inadimplentes pela pesquisa os motivos dessa situação – capacidade de pagamento ou sua predisposição em pagar o empréstimo tomado –, optou-se pela exclusão da categoria da avaliação. Isto porque a predisposição de pagamento não está associada ao programa, mas sim ao caráter do indivíduo. O Anexo 3 apresenta uma caracterização do perfil dos beneficiários classificados como inadimplentes pela pesquisa.

Foram excluídos ainda aqueles que declararam valores de salário e/ou faturamento considerados *outliers*, ou seja, que diferiam muito da distribuição dessas variáveis. Para os beneficiários com mais de um contrato vigente no período, selecionou-se aquele mais recente. Também foram retirados da amostra os beneficiários com tipo de empréstimo “misto” – capital de giro e investimento fixo. Ao final, dos 188.022 beneficiários originalmente no cadastro, selecionaram-se 59.592 como objeto da avaliação.

⁷ O Sebrae define os C's do crédito como: **Caráter:** O caráter está atrelado à índole do tomador do empréstimo e sua predisposição em pagar o financiamento contraído. De forma objetiva e com base nesses registros, as instituições financeiras podem verificar se o proponente correspondeu às expectativas previstas anteriormente, se, como e quando efetuou o pagamento das obrigações pactuadas. Também consultam se o cliente está inscrito em órgãos de restrição ao crédito (Serasa, SPC, Cadin), cartórios ou se existe ações judiciais contra a empresa e/ou sócios. **Capacidade:** Consiste na capacidade do requerente de ressarcir o crédito pleiteado, tendo em vista o quanto a empresa suporta de endividamento. São analisadas as demonstrações financeiras, com particular ênfase na liquidez, nos fluxos e projeções de caixa. As empresas que não registram contabilmente todo o seu faturamento perdem a possibilidade de comprovar, fidedignamente aos agentes financeiros, as receitas auferidas, restringindo a análise da capacidade de pagamento do negócio. **Capital:** Representa a potencialidade financeira do proponente do crédito, refletida por sua posição patrimonial. A análise da dívida do requerente, os índices de liquidez, as taxas de lucratividade são frequentemente utilizados para avaliar seu capital. Caso não se realize corretamente a contabilização de seus ativos e passivos, o patrimônio das micro e pequenas empresas pode ser reduzido, o que diminui a predisposição da concessão de crédito pelos agentes financeiros. **Colateral:** Consiste no somatório de ativos que o proponente tem disponíveis para oferecer em garantia ao empréstimo. Assim, quanto maior for o montante e qualidade dos ativos disponibilizados, maior se torna a possibilidade de a instituição financeira reaver os recursos emprestados, caso o proponente do crédito não honre suas obrigações. Todas as formas de garantia, sejam elas pessoais ou reais, devem ser levadas em consideração na análise deste item. **Condições:** Dentro do atual e imprevisível cenário econômico empresarial são diversas as variáveis que afetam as empresas, também em relação a transações de crédito. Condições econômicas e empresariais gerais, assim como circunstâncias especiais, devem ser consideradas ao se avaliar as especificidades do crédito.

⁸ BRUETT, T. Manual de Técnicas de Gestão Microfinanceira: Programa de Desenvolvimento Institucional. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>.

Por meio de uma amostra aleatória estratificada foram selecionados 4.800 beneficiários distribuídos em 12 estratos, contendo, cada estrato, uma amostra aleatória simples de 400 beneficiários.

Os estratos foram criados segundo as seguintes variáveis:

- *data da concessão do crédito*: menos de um ano e mais de um ano;⁹
- *número de parcelas pagas*: considerou-se “quitado” o empréstimo em que o número de parcelas pagas era igual ao de parcelas do empréstimo;
- *tipo de beneficiário*: pessoa física ou pessoa jurídica;
- *tipo de empréstimo*: capital de giro ou investimento fixo.

A Tabela 2 apresenta o universo de beneficiários do programa e as médias do faturamento bruto anual e do salário, segundo os 12 estratos.

A partir da distribuição da amostra nos 12 estratos, planejou-se uma amostra de 2.400 beneficiários pessoas físicas e 2.400 pessoas jurídicas, com os resultados finais ponderados pelo inverso da fração amostral de cada um dos 12 estratos (Tabela 3).

A pesquisa foi realizada entre 8 de maio de 2017 e 10 de julho de 2017, com as entrevistas sendo realizadas por telefone. Para aqueles que não tinham mais um negócio em atividade, a aplicação do questionário foi encerrada. Para os que não declararam o faturamento bruto de 2016 e nem a retirada mensal, a entrevista foi feita parcialmente. O questionário da pesquisa está apresentado no Anexo 1.

⁹ Em relação à data da pesquisa, maio de 2017.

Tabela 2
Número de beneficiários do Banco do Povo Paulista no âmbito da pesquisa,
faturamento médio anual e salário médio
Estado de São Paulo – jan./2014-nov./2016

Estratos amostrais	Nº de beneficiários	Faturamento médio bruto anual (R\$)	Salário médio (R\$)
Total	59.592	46.627	1.370
1 Pessoa física; capital de giro; crédito recebido até 1 ano; pagando/quitado	2.297	36.279	1.351
2 Pessoa física; capital de giro; crédito recebido há mais de 1 ano e quitado	5.199	35.008	1.359
3 Pessoa física; capital de giro; crédito recebido há mais de 1 ano e pagando	3.546	34.743	1.379
4 Pessoa física; investimento fixo; crédito recebido até 1 ano pagando/quitado	2.325	28.435	1.328
5 Pessoa física; investimento fixo; crédito recebido há mais de 1 ano e quitado	6.483	25.479	1.274
6 Pessoa física; investimento fixo; crédito recebido há mais de 1 ano e pagando	4.434	26.885	1.314
7 Pessoa jurídica; capital de giro; crédito recebido até 1 ano pagando/quitado	5.844	64.602	1.424
8 Pessoa jurídica; capital de giro; crédito recebido há mais de 1 ano e quitado	5.729	58.199	1.346
9 Pessoa jurídica; capital de giro; crédito recebido há mais de 1 ano e pagando	8.200	60.651	1.396
10 Pessoa jurídica; investimento fixo; crédito recebido até 1 ano pagando/quitado	3.675	57.112	1.450
11 Pessoa jurídica; investimento fixo; crédito recebido há mais de 1 ano e quitado	4.628	51.332	1.399
12 Pessoa jurídica; investimento fixo; crédito recebido há mais de 1 ano e pagando	7.232	53.068	1.398

Fonte: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Programa Banco do Povo Paulista; Fundação Seade.

Nota: Faturamento bruto e salário líquido são dados do cadastro do Banco do Povo e estão em valores nominais.

Tabela 3
Distribuição da amostra dos beneficiários do Banco do Povo Paulista,
segundo estratos amostrais
Estado de São Paulo – Jan./2014-nov./2016

Estratos amostrais	Tipo de beneficiário		
	Total	Pessoa física	Pessoa jurídica
Total de usuários	4.800	2.400	2.400
Capital de giro; crédito recebido até 1 ano pagando/quitado	800	400	400
Capital de giro; crédito recebido há mais de 1 ano e quitado	800	400	400
Capital de giro; crédito recebido há mais de 1 ano e pagando	800	400	400
Investimento fixo; crédito recebido até 1 ano pagando/quitado	800	400	400
Investimento fixo; crédito recebido há mais de 1 ano e quitado	800	400	400
Investimento fixo; crédito recebido há mais de 1 ano e pagando	800	400	400

Fonte: Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Programa Banco do Povo Paulista; Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Do total de beneficiários selecionados do cadastro (59.592), cerca de 60% (34.524) foram contatados pela pesquisa por meio de ligações telefônicas, variando entre 33% e 99%, conforme o estrato amostral. No entanto, cerca de 77% (26.624) das ligações não foram viabilizadas devido a: número de telefone inexistente ou indisponível; caixa postal; secretária eletrônica; perda de contato com o respondente; telefone não era do beneficiário e não o conhecia. Ainda, cerca de 7% (2.397) das entrevistas não foram aproveitadas devido a recusa, entrevista interrompida, cancelamento, beneficiário inadimplente, não declaração de faturamento bruto de 2016 e nem da retirada mensal, etc. e outros 2% (679) não tinham mais negócio em atividade. Apenas 16% (4.824) das ligações efetuadas tiveram prosseguimento e compuseram a amostra final.

Concluindo a avaliação do cadastro e seu aproveitamento, para compor a amostra final de beneficiários, foram necessárias, em média, sete ligações efetuadas para realizar um questionário completo.

Geograficamente, do total de municípios do Estado onde o programa Banco do Povo Paulista está presente, a pesquisa ocorreu em 466 deles (86%), com uma média de dez pesquisas por município. A Tabela 4 apresenta o desempenho da amostra por estratos.

Tabela 4
Realização da amostra, por situação das ligações efetuadas,
segundo estratos da amostra

Estratos amostrais	Nº de beneficiários	Amostra	Número de ligações realizadas segundo aproveitamento					
			Total	Aproveitadas		Perda de cadastro (2)	Não aproveitadas (3)	Outra situação (4)
				Negócio em atividade	Sem atividade atual (1)			
Total	59.592	4.800	34.524	4.824	679	26.624	2.113	284
1	2.297	400	2.295	400	41	1.651	182	21
2	5.199	400	3.833	407	101	3.099	172	54
3	3.546	400	3.039	400	75	2.347	206	11
4	2.325	400	2.138	400	29	1.560	133	16
5	6.483	400	3.254	404	91	2.585	160	14
6	4.434	400	2.777	400	65	2.131	159	22
7	5.844	400	2.546	400	13	1.931	185	17
8	5.729	400	3.752	402	73	3.064	192	21
9	8.200	400	2.687	400	63	2.011	192	21
10	3.675	400	2.338	408	28	1.710	166	26
11	4.628	400	2.948	403	54	2.299	154	38
12	7.232	400	2.917	400	46	2.236	212	23

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

(1) Para os beneficiários cujo negócio não está mais em atividade, depois de identificados, a aplicação do questionário foi encerrada.

(2) Caixa postal/ secretária eletrônica/ indisponível/ não existe/ perdeu contato com respondente/ fone não é da pessoa e não conhece.

(3) Recusa/ inadimplente/ sem declaração de faturamento de 2016 e retirada mensal.

(4) Agendamento/ cancelado/ interrompido.

Resultados

A seguir são apresentados os resultados obtidos no estudo. Foram realizadas análises sobre o perfil dos beneficiários, sua percepção de melhora nas condições de trabalho após a concessão do crédito e avaliação de impacto do programa.

Perfil dos beneficiários

Quase 60% dos beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista avaliados tomaram o empréstimo como pessoa jurídica, contra 40% de pessoas físicas. Entre os beneficiários pessoas jurídicas 92,9% eram empresários ou microempreendedor individual – MEI. Entre as pessoas físicas, observa-se que 80,0% eram autônomos ou conta própria (Tabela 5).

Tabela 5
Distribuição dos beneficiários, por tipo, segundo posição na ocupação
Estado de São Paulo – 2017

Em porcentagem

Posição na ocupação (1)	Tipo de beneficiário		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Total
Total linha	40,8	59,2	100,0
Total	100,0	100,0	100,0
Autônomo/conta própria (informal)	80,0	5,2	35,7
Empresário	4,7	47,1	29,8
MEI	2,3	45,8	28,1
Outros (2)	12,9	2,0	6,4

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

(1) Informação cadastral.

(2) Incluem assalariados do setor privado, funcionários públicos, aposentados, pensionistas e profissionais liberais.

Nota: Beneficiários que tomaram o crédito entre janeiro de 2014 e novembro de 2016.

Entre os beneficiários avaliados, 88,4% declararam que ainda têm um negócio em atividade. Pouco mais da metade afirmou que o motivo do empréstimo foi para capital de giro. O valor médio do empréstimo correspondeu a R\$ 6.360,3, com uma parcela de cerca de R\$ 256,00. Em média, 32% declararam já ter quitado o empréstimo recebido (Tabela 6).

Há diferenças significativas no perfil do crédito solicitado entre os beneficiários pessoas físicas e pessoas jurídicas. O valor médio do empréstimo e das parcelas é menor para as pessoas físicas e o motivo do empréstimo para a maioria é investimento fixo. Também se observa que, entre esses beneficiários, 44,6% declararam já ter quitado o empréstimo e 85,3% afirmaram que ainda estão em atividade no negócio (Tabela 6).

Tabela 6
Distribuição dos beneficiários e valores médios do empréstimo e da parcela, por tipo, segundo características do crédito recebido
Estado de São Paulo – 2017

Características do crédito recebido	Tipo de beneficiário		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Total
Total linha	40,8	59,2	100,0
Negócio em atividade (1) (%)	100,0	100,0	100,0
Sim	85,3	90,6	88,4
Não	14,7	9,4	11,6
Tipo de investimento (%)	100,0	100,0	100,0
Capital de giro	45,5	56,0	51,7
Investimento fixo	54,5	44,0	48,3
Ano de concessão do crédito (%)	100,0	100,0	100,0
2014	36,4	31,7	33,6
2015	36,6	33,6	34,8
2016	27,0	34,8	31,6
Valor médio do empréstimo (em reais)	5.181,22	7.171,28	6.360,32
Valor médio da parcela (em reais)	240,38	266,70	255,97
Declaração de quitação do empréstimo (1) (%)	100,0	100,0	100,0
Sim	44,6	24,1	32,2
Não	55,4	75,9	67,8

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

(1) Declarado pelo beneficiário no momento da pesquisa.

Nota: Beneficiários que tomaram o crédito entre janeiro de 2014 a novembro de 2016.

Os homens correspondem a mais da metade dos beneficiários, possuem idade média de 44 anos e são escolarizados – mais de 70% possuem pelo menos o ensino médio. Quando se comparam os beneficiários segundo o tipo de pessoa – física ou jurídica – declarado para a concessão do crédito, observa-se que os primeiros são mais velhos e menos escolarizados do que os que tomaram o crédito como pessoa jurídica: têm idade média de 46 anos (contra 42 anos dos beneficiários pessoas jurídicas), sendo que 14,9% possuem 60 anos e mais, e 69,3% declararam possuir pelo menos ensino médio (contra 80,2% das pessoas jurídicas) (Tabela 7).

Tabela 7
Distribuição dos beneficiários, por tipo, segundo atributos pessoais
Estado de São Paulo – 2017

Em porcentagem

Atributos pessoais	Tipo de beneficiário		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Total
Sexo	100,0	100,0	100,0
Mulheres	44,7	45,1	44,9
Homens	55,3	54,9	55,1
Faixa etária	100,0	100,0	100,0
18 a 34 anos	23,6	29,0	26,8
35 a 44 anos	23,2	29,2	26,7
45 a 59 anos	38,4	36,1	37,0
60 anos e mais	14,9	5,7	9,5
<i>Idade média (em anos)</i>	<i>46</i>	<i>42</i>	<i>44</i>
Grau de instrução	100,0	100,0	100,0
Até ensino fundamental	30,7	19,8	24,2
Ensino médio	50,8	58,4	55,3
Ensino superior	18,5	21,8	20,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: Beneficiários que tomaram o crédito entre janeiro de 2014 a novembro de 2016.

A maioria dos beneficiários exerce a atividade em municípios com mais de 20.000 habitantes, atuando no comércio ou no setor de serviços. Pouco mais da metade (53,8%) tem, além dele, pelo menos mais uma pessoa trabalhando no negócio (Tabela 8).

Entre os beneficiários pessoas físicas, 50,5% declararam atuar no setor de serviços, mais da metade trabalha sozinho, um quarto atua em municípios com menos de 20.000 habitantes e 42,2% declararam trabalhar na própria residência (Tabela 8).

Tabela 8

Distribuição dos beneficiários, por tipo, segundo características do negócio
Estado de São Paulo – 2017

Em porcentagem

Características do negócio	Tipo de beneficiário		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Total
Município do negócio (1)	100,0	100,0	100,0
Menos de 20.000 habitantes	25,1	16,2	19,9
De 20.000 a 100.000 habitantes	41,3	44,5	43,2
Mais de 100.000 habitantes	33,5	39,2	36,9
Setor de atividade do negócio	100,0	100,0	100,0
Agronegócio	13,8	0,1	5,7
Comércio	34,7	60,8	50,2
Indústria	1,1	2,2	1,7
Serviços	50,5	36,9	42,4
Número de pessoas trabalhando atualmente no negócio (2)	100,0	100,0	100,0
Uma pessoa	53,7	41,4	46,2
Mais de uma pessoa	46,3	58,6	53,8
Pessoas físicas que declararam trabalhar na própria residência	42,2	-	-

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

(1) População de 2017.

(2) No momento da pesquisa.

Nota: Beneficiários que tomaram o crédito entre janeiro de 2014 a novembro de 2016.

Os rendimentos dos beneficiários pessoas físicas são inferiores aos auferidos por aqueles que são pessoas jurídicas. Estes últimos declararam uma retirada mensal de R\$ 2.789, contra R\$ 2.475 das pessoas físicas. Em relação ao faturamento, tanto o valor mensal quanto o anual são maiores para as pessoas jurídicas (Tabela 9).

Tabela 9
Rendimento médio dos beneficiários, por tipo
Estado de São Paulo – 2017

Em reais

Rendimentos (1)	Tipo de beneficiário		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Total
Média da retirada mensal	2.475	2.789	2.665
Média do faturamento bruto mensal	5.405	11.560	9.157
Média do faturamento bruto anual	49.350	104.134	85.301

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: Beneficiários que tomaram o crédito entre janeiro de 2014 a novembro de 2016.

Percepção de melhora nas condições de trabalho

Os beneficiários do programa têm uma percepção positiva do efeito do crédito para a melhoria de seu negócio. Aproximadamente 60% declararam ter ocorrido melhora nas condições da renda, nas instalações e equipamentos, na capacidade produtiva e no processo de trabalho do negócio. No geral, as pessoas físicas se mostram mais satisfeitas com o programa do que as pessoas jurídicas (Tabela 10).

A percepção de melhora é maior entre os homens, entre os mais jovens (com menos de 35 anos) e entre os mais escolarizados. Os beneficiários que tomaram empréstimo para investimento fixo apresentam maior percepção de melhora do que aqueles que obtiveram o crédito para capital de giro (Tabela 11).

Em relação ao setor de atividade do negócio, os beneficiários que atuam nas áreas de serviços e agronegócio têm uma maior percepção de melhora, exceto no processo de trabalho, no qual os que atuam na indústria possuem uma maior percepção de melhora. É importante destacar que menos de 6% dos beneficiários declararam atuar no setor do agronegócio, sendo que os que exercem essa atividade são pessoas físicas em sua quase totalidade (Tabela 11).

Tabela 10
Distribuição dos beneficiários, por tipo, segundo percepção
sobre o efeito do crédito em seu negócio
Estado de São Paulo – 2017

Em porcentagem

Percepção sobre o efeito do crédito em seu negócio	Tipo de beneficiário		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Total
Renda do negócio	100,0	100,0	100,0
Piorou	11,4	14,1	13,1
Manteve-se igual	24,0	26,6	25,6
Melhorou	63,2	58,1	60,1
Não sabe avaliar	1,3	1,1	1,2
Instalações e equipamentos do negócio	100,0	100,0	100,0
Piorou	2,1	2,2	2,1
Manteve-se igual	33,1	33,9	33,6
Melhorou	62,5	61,4	61,9
Não sabe avaliar	2,2	2,4	2,4
Capacidade produtiva	100,0	100,0	100,0
Piorou	5,8	7,3	6,7
Manteve-se igual	28,4	30,4	29,6
Melhorou	63,7	61,3	62,2
Não sabe avaliar	2,2	0,9	1,4
Processo de trabalho	100,0	100,0	100,0
Piorou	5,6	5,2	5,4
Manteve-se igual	29,8	34,1	32,4
Melhorou	58,6	58,7	58,7
Não sabe avaliar	6,1	1,9	3,6

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: Beneficiários que tomaram o crédito entre janeiro de 2014 a novembro de 2016.

Tabela 11
Proporção de beneficiários que declaram efeito positivo do crédito em seu
negócio, segundo atributos pessoais e do negócio.
Estado de São Paulo – 2007

Em porcentagem

Atributos	Percepção de melhora do negócio em relação a:			
	Renda	Instalações e equipamentos	Capacidade produtiva	Processo de trabalho
Total	60,1	61,9	62,2	58,7
Sexo				
Mulheres	59,2	58,2	61,0	56,3
Homens	60,9	64,7	63,2	60,5
Faixa etária				
18 a 34 anos	68,7	67,0	71,4	68,3
35 a 44 anos	58,9	64,2	63,9	59,8
45 a 59 anos	56,4	58,7	57,4	54,1
60 anos e mais	55,2	53,3	51,4	46,2
Grau de instrução				
Até ensino fundamental	58,7	58,6	57,3	51,5
Ensino médio	60,1	61,9	62,0	59,0
Superior	61,8	65,7	68,9	66,2
Tipo de investimento				
Capital de giro	58,8	53,0	56,8	53,5
Investimento fixo	61,6	71,4	68,0	64,2
Setor de atividade				
Agronegócio	73,9	64,3	73,8	60,0
Comércio	59,2	55,0	59,4	56,9
Indústria	60,0	56,2	60,1	62,3
Serviços	59,4	69,6	64,1	60,4

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: Beneficiários que tomaram o crédito entre janeiro de 2014 a novembro de 2016.

Avaliação de impacto do Programa Banco do Povo Paulista

Uma avaliação de impacto implica estabelecer e quantificar a relação causal entre as intervenções realizadas pelo programa e os resultados esperados. Em outras palavras, deve-se mensurar quantitativamente o quanto as intervenções realizadas pelo programa contribuíram para que os resultados esperados fossem alcançados. Isso posto, foram definidos alguns parâmetros para a realização da avaliação:

- *estudo quase-experimental*: uma vez que o programa já se encontra em execução, a avaliação da sua efetividade na melhora da renda e condições

de vida dos seus beneficiários foi realizada por meio de um estudo quase-experimental, em que o grupo de comparação foi construído posteriormente a partir do tempo do beneficiário no programa;

- *beneficiários avaliados*: pessoas com créditos concedidos no período de três anos – 2014, 2015 e 2016 – e que estavam em atividade em 2017. A escolha desse período deveu-se ao pressuposto de que o impacto máximo dos recursos recebidos ocorre em um determinado período subsequente ao empréstimo, tendendo a se diluir com o passar do tempo. Os inadimplentes não foram objeto do estudo;
- *pessoa física vs pessoa jurídica*: a heterogeneidade dos tipos de beneficiários – pessoas físicas, pequenos e microempreendedores, produtores rurais, cooperativas, associações, etc. – implicou análises distintas para beneficiários que tomaram o empréstimo como pessoa física e aqueles classificados como pessoa jurídica;
- *o que foi avaliado*: o impacto do programa foi mensurado na retirada mensal, para beneficiários que se cadastraram como pessoas físicas, e no faturamento anual, para pessoas jurídicas;
- *tempos da avaliação*: a avaliação comparou a retirada mensal e o faturamento anual em dois momentos:
 - *momento 1 (t_0)*: foram considerados os valores de rendimento e faturamento declarados pelo beneficiário no momento da inscrição no programa. Para tanto, utilizaram-se as informações do cadastro de beneficiários do programa fornecido pela Sert. Apesar de o cadastro fornecido ser referente ao período de julho de 2010 a novembro de 2016, foram considerados como universo do estudo 59.592 beneficiários que tomaram o empréstimo no período de janeiro de 2014 a novembro de 2016;
 - *momento 2 (t_1)*: foram considerados os resultados obtidos na pesquisa que investigou, entre outras questões, a retirada mensal e o faturamento anual no momento da pesquisa.

- *cálculo do impacto do programa*: o impacto foi calculado por meio da comparação entre rendimentos (pessoa física) e faturamento (pessoa jurídica) declarados pelos beneficiários selecionados na amostra no momento da inscrição no programa (t_0) e no momento da pesquisa (t_1). Utilizou-se para a mensuração de impacto o modelo de diferenças em diferenças.

A natureza do beneficiário – pessoa física ou pessoa jurídica – implicou diferentes variáveis para a avaliação de impacto. Para pessoas jurídicas, que já se encontram formalizadas, considerou-se a variável mais associada ao negócio para o qual foi solicitado o empréstimo, no caso o faturamento anual. Para pessoas físicas, dada a parcela significativa de beneficiários não formalizados e a diversidade de suas atividades, optou-se pela retirada mensal como variável de impacto.

Modelo de diferenças em diferenças

A variável utilizada para a avaliação de impacto foi, no caso de pessoa física, a retirada mensal e, para pessoa jurídica, o valor anual do faturamento bruto. Para fins de relatório, os rendimentos mensais da pessoa física e o faturamento bruto anual da pessoa jurídica serão referidos como renda.

Foram realizados modelos de regressão distintos – um para pessoa física e outro para pessoa jurídica –, em que se compararam:

- *pessoa física*: a variação na retirada mensal entre beneficiários com até um ano no programa (referência) e beneficiários com mais de um ano;
- *pessoa jurídica*: a variação no faturamento bruto anual entre:
 - beneficiários com até um ano no programa (referência) e beneficiários com mais de um ano;
 - beneficiários com mais de um ano no programa e com empréstimo para investimento fixo e demais beneficiários (referência);
 - beneficiários que tomaram o empréstimo em 2014 (referência) e beneficiários que tomaram o empréstimo em 2015 e 2016.

É importante destacar que a relação de causalidade entre o aumento na renda e a participação no programa Banco do Povo Paulista não é uma medida fácil de ser quantificada. A princípio apenas experimentos controlados, totalmente experimentais, com seleção

aleatória de beneficiários, fornecem resultados que permitem identificar causalidade de eventos. Como, por questões operacionais, não foi possível adotar o modelo experimental, utilizou-se um modelo quase-experimental, no qual as diferenças entre os grupos a serem comparados são corrigidas por procedimentos estatísticos, permitindo a comparabilidade entre os dois grupos.

Nesse caso, a relação causal foi estabelecida por um modelo de regressão linear múltipla para diferenças em diferenças, em que a variável Y_i corresponde à renda do beneficiário, a variável T_i refere-se ao tempo – momento da concessão do crédito e momento da pesquisa –, G_i é o grupo de beneficiários a ser comparado e DD_i corresponde à interação entre o tempo e o grupo de beneficiário. Também foram utilizadas como variáveis auxiliares no modelo o tipo de empréstimo (capital de giro ou investimento fixo), porte populacional do município de residência do beneficiário, setor de atividade do negócio, idade e instrução do beneficiário. Nesse tipo de modelo, o coeficiente estimado pela regressão para a variável DD_i corresponde ao impacto do programa na renda do beneficiário quando comparado com a categoria de referência. A equação 1 apresenta o modelo de regressão utilizado.

$$Y_i = \alpha + \beta_1 T_i + \beta_2 G_i + \beta_3 DD_i + B_i X_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Onde: β_3 corresponde ao impacto do programa na renda do beneficiário e $B_i X_i$ refere-se ao conjunto de variáveis auxiliares utilizadas no estudo.

Para a avaliação do impacto do programa segundo tipo de investimento, aplicou-se um modelo de regressão linear múltipla com tripla interação: tempo, grupo de beneficiários e tipo de investimento. O Quadro 1 apresenta as variáveis utilizadas no modelo

Quadro 1
Variáveis utilizadas no modelo de regressão

Variáveis	Descrição
<i>Variável resposta</i>	
<i>Pessoa física:</i> retirada mensal	Valor da retirada mensal
<i>Pessoa jurídica:</i> faturamento bruto anual	Valor do faturamento bruto anual
<i>Variáveis explicativas</i>	
Faixa etária	1 = 18 a 35 anos (referência); 2 = 36 a 50 anos; 3 = 51 anos e mais
Raça/cor	1= preto e pardo; 2 = branco e amarelo (referência); 3 = não declarado
Grau de instrução	1 = no máximo ensino fundamental (referência); 2 = ensino médio completo; 3 = ensino superior
Estado civil	1 = casado; 2 = não casado (referência)
Porte populacional do município de residência	1 = até 20.000 habitantes (referência); 2 = 20.000 a 100.000 habitantes; 3 = mais de 100.000 habitantes
Localização do município de residência	1 = município do interior com menos de 100.000 habitantes (referência); 2 = município do interior com pelo menos 100.000 habitantes; 3 = Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)
Setor de atividade do negócio	1 = comércio, agronegócio e indústria; 2 = serviços (referência)
Tipo de investimento	1 = capital de giro; 2 = investimento fixo (referência)
Condição de quitação do empréstimo	1 = quitado; 2 = não quitado (referência)
Tempo no programa	1 = até um ano no programa (referência); 2 = pelo menos um ano no programa
Instante do tempo	1 = no momento da concessão do crédito (referência); 2 = no momento da pesquisa
Ano de concessão do crédito	1= 2014; 2 = 2015; 3 = 2016 (referência)

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Impacto – pessoa jurídica

Da amostra de 2.411 beneficiários classificados como pessoa jurídica, a análise contemplou 861, o que representa 36% desse total. A redução da amostra utilizada no modelo de diferenças em diferenças deveu-se à perda de informações nas variáveis do modelo e na exclusão de “*outliers*” de faturamento anual bruto, tanto no momento de concessão do crédito quanto no momento da pesquisa.

Os beneficiários com até um ano no programa correspondem a 31,9% dos avaliados e aqueles com mais de um ano são 68,1%. Destes últimos, 40,5% receberam o crédito em 2014, 47,4% em 2015 e 12,1% entre janeiro e abril de 2016.

Para os beneficiários com até um ano no programa, o crédito foi concedido entre maio e novembro de 2016 (Tabela 12).

Mais da metade dos beneficiários (55,9%) recebeu crédito para capital de giro, sendo que entre aqueles com até um ano no programa esse percentual foi de 64,8%, contra 51,7% daqueles com mais de um ano no programa. O faturamento médio anual declarado no momento da concessão do crédito foi de R\$ 42.297, valor praticamente igual entre os dois grupos de beneficiários: R\$ 42.290 para aqueles com até um ano no programa; e R\$ 42.300 entre aqueles com mais de um ano. Há diferença entre o faturamento médio declarado ao longo do período 2014-2016, sendo que a maior média é verificada entre os beneficiários que tomaram o crédito em 2014 e 2015. Para aqueles que acessaram o crédito em 2016, observa-se um menor faturamento entre os que ingressaram no programa nos meses de janeiro a abril (Tabela 12).

Tabela 12
Distribuição dos beneficiários pessoas jurídicas avaliados e faturamento médio anual declarado no momento da concessão do crédito, por tempo no programa, segundo características do crédito concedido
Estado de São Paulo – 2017

Características do crédito concedido	Tempo no programa		
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Total (%)	31,9	68,1	100,0
Ano de concessão do crédito (%)	100,0	100,0	100,0
2014	0,0	40,5	27,6
2015	0,0	47,4	32,3
2016	100,0	(1) 12,1	40,1
Tipo de empréstimo (%)	100,0	100,0	100,0
Capital de giro	64,8	51,7	55,9
Investimento fixo	35,2	48,3	44,1
Faturamento médio anual declarado no momento da concessão do crédito (em reais de maio de 2017) (2)	42.290	42.300	42.297
2014	-	45.021	45.021
2015	-	42.414	42.414
2016	42.290	(1) 32.777	40.333

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

(1) Obtiveram o crédito nos meses de janeiro, fevereiro, março ou abril de 2016.

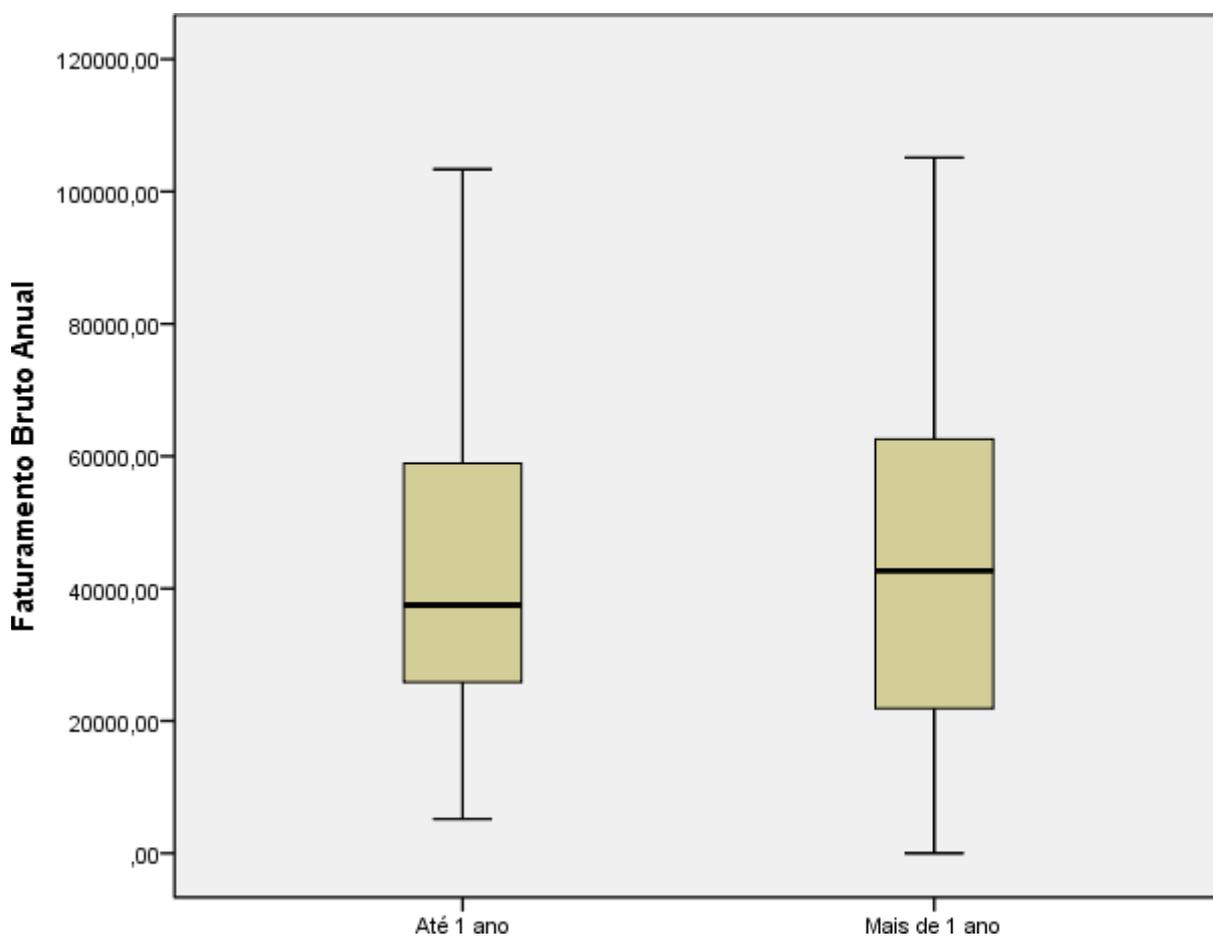
(2) Valores corrigidos pelo INPC de maio de 2017.

Nota: Informações derivadas do Cadastro do Banco do Povo Paulista. Dados calculados a partir dos valores ponderados pelos estratos da amostra.

O faturamento mediano é de R\$ 42.673 para os que estão há mais de um ano no programa, contra R\$ 37.500 entre aqueles com até um ano. No entanto, o grupo com menos tempo no programa apresenta maior variabilidade entre os valores de faturamento declarados.

Gráfico 1
Box plot do faturamento bruto anual dos beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista, segundo tempo no programa para pessoas jurídicas
Estado de São Paulo – 2017

Em reais de maio de 2017



Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Os resultados da pesquisa mostram que os homens representam 55,9% dos beneficiários com até um ano no programa e 60,2% entre os que estão a mais tempo. Em relação à idade, observa-se maior proporção de pessoas com menos de 35 anos entre os beneficiários mais

recentes. Quanto à instrução e raça/cor, não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos (Tabela 13).

Tabela 13
Distribuição dos beneficiários pessoas jurídicas avaliados, por tempo no programa, segundo atributos pessoais
Estado de São Paulo – 2017

Em porcentagem

Atributos pessoais	Tempo no programa		
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Total	100,0	100,0	100,0
Sexo			
Mulheres	44,1	39,8	0,4
Homens	55,9	60,2	0,6
Faixa etária			
18 a 34 anos	33,4	25,3	27,9
35 a 44 anos	31,9	27,9	29,2
45 a 59 anos	29,1	41,4	37,4
60 anos e mais	5,6	5,4	5,5
Raça/cor			
Branca	76,9	72,3	73,8
Negra/Parda	11,7	13,8	13,2
Amarela/Indígena	0,6	1,1	1,0
Sem declaração	10,8	12,7	12,1
Instrução			
No máximo ensino fundamental	20,7	21,7	21,4
Ensino médio	58,7	57,6	58,0
Ensino superior	20,6	20,7	20,7

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: As informações apresentadas na tabela foram extraídas do Cadastro de Beneficiários do Banco do Povo Paulista.

A partir das características observadas nos dois grupos de análise – até um ano e mais de um ano – consideraram-se na comparação entre os grupos algumas variáveis auxiliares que se referem às características do crédito e atributos pessoais. A inclusão dessas variáveis no modelo de análise tem por objetivo minimizar possíveis vieses na mensuração do efeito do programa.

Os resultados do modelo de regressão mostraram um impacto positivo no faturamento bruto anual dos beneficiários que estão há mais de um ano no programa quando comparados aos que estão há no máximo um ano.

Considerando-se o tempo de crédito – até um ano e mais de um ano –, o efeito do programa no faturamento anual é de R\$ 11.933,22. Constatou-se, no entanto, que ao utilizar como variável auxiliar o ano de concessão do crédito – 2014 a 2016 –, o impacto do programa no faturamento anual continua positivo, mas diminuiu para R\$ 2.424,00 (Tabela 14).

A utilização do ano de concessão de crédito como variável auxiliar teve por objetivo neutralizar possíveis efeitos da conjuntura econômica nos resultados da avaliação. Isso se justifica, na medida em que o período definido para o estudo – janeiro de 2014 a julho de 2017 – abrangeu o início da crise econômica, seu aprofundamento e o início da recuperação.

Entre as variáveis auxiliares utilizadas no modelo, observa-se que influenciam no faturamento a condição de quitação de empréstimo, o grau de instrução e a raça/cor do beneficiário. Quanto maior o grau de instrução do beneficiário maior é o seu faturamento (Tabela 14).

Além daquelas apresentadas na Tabela 14, também foram testadas no modelo as variáveis: idade do beneficiário, estado civil, porte populacional do município de residência, localização do município de residência e setor de atividade do negócio. Porém, essas variáveis não se mostraram associadas ao faturamento bruto anual.

Para o modelo apresentado na Tabela 14, os beneficiários que tomaram empréstimo para capital de giro obtiveram, em média, maior faturamento em relação àqueles que o fizeram para investimento fixo. Porém, a maior diferença positiva no faturamento – o aumento é de R\$ 5.653,00 (Tabela 15) – ocorre entre os beneficiários que estão há mais de um ano no programa e tomaram empréstimo para investimento fixo. É importante destacar que esse grupo representa cerca de um terço do conjunto dos beneficiários avaliados.

Na comparação dos beneficiários segundo tipo de investimento – capital de giro ou investimento fixo –, observa-se que quando se considera apenas o tipo de investimento. Porém, entre os beneficiários que estão há mais de um ano no programa e tomaram empréstimo para investimento fixo, o aumento no faturamento é de R\$ 5.653,00 (Tabela 15). É importante destacar que esse grupo representa cerca de um terço do conjunto dos beneficiários avaliados.

Quando se calcula o efeito do ano de concessão de crédito, observa-se para os beneficiários que obtiveram o crédito em 2015 e 2016 um aumento de R\$ 2.086,00

no faturamento em comparação àqueles que tomaram o empréstimo em 2014. Isto é, os beneficiários que entraram no programa em 2014, apesar de apresentarem a maior média de faturamento no momento da concessão do crédito, quando comparados com os beneficiários de 2015 e 2016, apresentam uma menor variação positiva do seu faturamento no período 2014 a 2017 (Tabelas 16 e 17).

Uma possível explicação para esse resultado é que o efeito do programa ocorre com mais intensidade a curto e médio prazos, diluindo-se ao longo do tempo.

Tabela 14
Resultados do modelo de regressão de diferenças em diferenças considerando-se como grupo de comparação os indivíduos pessoas jurídicas com até um ano no programa Estado de São Paulo – 2017

Variáveis no modelo	Coeficiente	Erro padrão	p-valor	VIF
Constante	38.583	809	0,000	-
Instante do tempo				
Concessão do crédito (ref.)	-	-	-	-
Pesquisa	9.265	831	0,000	3,065
Tempo de crédito				
Menos de um ano (ref.)	-	-	-	-
Mais de um ano	-1.763	1.081	0,103	4,555
Ano				
2014	6.277	995	0,000	3,478
2015	1.954	954	0,041	3,543
2016 (ref.)	-	-	-	-
Efeito do tempo do programa				
Até um ano (ref.)	-	-	-	-
Mais de um ano	2.424	1.013	0,017	4,065
Tipo de investimento				
Investimento fixo (ref.)	-	-	-	-
Capital de giro	3.090	486	0,000	1,034
Condição de quitação do empréstimo				
Não quitado (ref.)	-	-	-	-
Quitado	-4.009	605	0,000	1,168
Raça/cor				
Não negra (ref.)	-	-	-	-
Negra	-2.675	668	0,000	1,004
Instrução				
No máximo Ensino Fundamental	-	-	-	-
Ensino médio	2.380	600	0,000	1,551
Ensino superior	4.421	739	0,000	1,544

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Tabela 15
Resultados do modelo de regressão para mensurar o efeito do tipo de investimento (interação tripla) para beneficiários pessoas jurídicas Estado de São Paulo – 2017

Variáveis no modelo	Coeficiente	Erro padrão	p-valor	VIF
Constante	38.354	1.102	0,000	-
Instante do tempo				
Concessão do crédito (ref.)	-	-	-	-
Pesquisa	10.646	1.029	0,000	4,699
Tempo no programa				
Menos de um ano (ref.)	-	-	-	-
Mais de um ano	-2.003	1.234	0,105	5,941
Ano				
2014	6.260	995	0,000	3,478
2015	2.063	955	0,031	3,547
2016 (ref.)	-	-	-	-
Tipo de investimento				
Investimento fixo	-3.387	1.234	0,006	6,680
Capital de giro (ref)	-	-	-	-
Condição de quitação do empréstimo				
Não quitado (ref)	-	-	-	-
Quitado	-4.016	605	0,000	1,168
Raça/cor				
Não negra (ref.)	-	-	-	-
Negra	-2.567	668	0,000	1,007
Instrução				
No máximo ensino fundamental	-	-	-	-
Ensino médio	2.407	600	0,000	1,551
Ensino superior	4.452	738	0,000	1,544
Interações				
Instante do tempo x tempo no programa	216	1.310	0,869	6,808
Instante do tempo x tipo de investimento	-3.973	1.745	0,023	9,348
Tempo no programa x tipo de investimento	479	1.483	0,746	8,651
<u>Instante do tempo x tempo no programa x tipo de investimento</u>	5.653	2.093	0,007	10,755

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Tabela 16
Resultados do modelo de regressão para mensurar o efeito do ano de concessão do crédito para beneficiários pessoas jurídicas
Estado de São Paulo – 2017

Variáveis no modelo	Coeficiente	Erro padrão	p-valor	VIF
Constante	37.416	747	0,00	-
Instante do tempo				
Concessão do crédito (ref.)	-	-	-	-
Pesquisa	11.465	556	0,00	1,37
Tempo no programa				
Menos de um ano (ref.)	-	-	-	-
Mais de um ano	1.024	566	0,07	1,25
Ano				
2014 (ref.)	-	-	-	-
2015 - 2016	-5.722	817	0,00	2,347
Tipo de investimento				
Investimento fixo (ref.)	-	-	-	-
Capital de giro	3.140	485	0,00	1,03
Condição de quitação do empréstimo				
Não quitado (ref.)	-	-	-	-
Quitado	-3.926	604	0,00	1,16
Raça/cor				
Não negra (ref.)	-	-	-	-
Negra	-2.674	668	0,00	1,00
Instrução				
No máximo ensino fundamental	-	-	-	-
Ensino médio	2.427	600	0,00	1,55
Ensino superior	4.424	739	0,00	1,54
Tempo no programa x tipo de investimento	479	1.483	0,75	8,651
Efeito do ano (ref.2014)	2.086	1.068	0,05	2,37

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Tabela 17
Faturamento médio anual, segundo ano de concessão do crédito para beneficiários pessoas jurídicas
Estado de São Paulo – 2017

Anos	Faturamento médio anual bruto (em reais de maio de 2017)		Variação no período (%)
	Concessão do crédito	Pesquisa	
Total	41.914	54.781	30,7
2014	45.591	55.314	21,3
2015	41.915	55.495	32,4
2016	39.585	53.985	36,4

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Impacto – Pessoa física

Para os beneficiários pessoa física, o programa apresentou um efeito positivo na sua renda de, aproximadamente, R\$ 49,00,¹⁰ quando se comparam beneficiários com até um ano no programa e beneficiários com mais de um ano. Analogamente ao observado para beneficiário pessoa jurídica, a idade, estado civil, condição de quitação do empréstimo, porte populacional do município de residência e setor de atividade do negócio não se mostraram associados aos rendimentos dos beneficiários.

Já as variáveis tipo de investimento, localização do município na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, raça/cor e grau de instrução dos beneficiários se mostraram associadas aos rendimentos. Os beneficiários negros, com menor instrução e residindo fora da RMSP apresentam menores rendimentos, assim como os beneficiários que tomaram o empréstimo para investimento fixo (Tabela 18).

O Anexo 4 apresenta uma caracterização do perfil desse tipo de beneficiário segundo tempo no programa.

¹⁰ Com um nível de significância de 8%.

Tabela 18
Resultados do modelo de regressão diferenças em diferenças
para beneficiário pessoa física
Estado de São Paulo – 2017

Variáveis	Coeficientes		p-valor
	B	Erro padrão	
Constante	1.049,00	37,39	0,000
Instante do tempo			
Concessão do crédito (ref.)	-	-	-
Pesquisa	777,59	24,81	0,000
Tempo no programa			
Até um ano (ref.)	-	-	-
Mais de um ano	102,72	18,81	0,000
Efeito do programa	49,00	27,86	0,079
Tipo de investimento			
Investimento fixo (ref.)	-	-	-
Capital de giro	127,95	11,32	0,000
Raça/cor			
Preta e parda (ref.)	-	-	-
Branca e amarela	60,84	16,41	0,000
Grau de instrução			
Ensino fundamental incompleto (ref.)	-	-	-
Ensino fundamental completo	277,14	27,89	0,000
Ensino médio completo	250,37	26,79	0,000
Ensino superior completo	287,54	28,71	0,000
Município de residência			
RMSP (ref.)	-	-	-
Fora da RMSP com menos de 100.000 habitantes	-107,61	21,11	0,000
Fora da RMSP com mais de 100.000 habitantes	-100,42	22,95	0,000

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

RESULTADOS COMPLEMENTARES

Beneficiários que não estão em atividade

Entre os beneficiários do programa, 11,6% declararam que, no momento da pesquisa, não estavam mais atuando no negócio para o qual tomaram o crédito. O perfil desses beneficiários (Anexo 2) mostra que:

- 44,6% declararam não exercer nenhuma atividade no momento da pesquisa, enquanto 22,2% afirmaram ser assalariados com carteira assinada e 16,5% conta própria ou autônomos;
- quase a metade (46,9%) recebeu o crédito em 2014. Pouco mais da metade (53,2%) realizou o empréstimo para capital de giro e 51,8% são pessoas físicas;
- 56,2% são mulheres, com idade média de 43 anos, mas há uma concentração nas faixas etárias mais jovens (18 a 34 anos) e mais velhas (60 anos e mais);
- 56% atuavam no comércio no momento do empréstimo;
- declararam uma renda média mensal de R\$ 1.236.

Beneficiários classificados como inadimplentes pela pesquisa

- Entre os beneficiários que tomaram empréstimo no período 2014 a 2016, 11% foram classificados como inadimplentes pela pesquisa, ou seja, estavam com pelo menos duas parcelas em atraso em novembro de 2016. Esse percentual é menor quando comparado ao registrado pelo Serasa para 2015 (17%).
- Entre os beneficiários classificados como inadimplentes, 62% receberam a concessão do crédito em 2014, 32% em 2015 e 6% em 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliações de impacto na renda dos beneficiários de programas sociais são sempre complexas em função da variedade de dimensões que influenciam o

comportamento da renda – salário, retirada mensal e faturamento do negócio. Assim, no sentido de minimizar os efeitos decorrentes de fatores não relacionados diretamente ao programa no comportamento da renda dos beneficiários, estabelecendo a melhor relação causal entre a renda e o programa, a literatura recomenda a realização de estudos experimentais, que partem do princípio da seleção aleatória dos beneficiários, ou seja, os indivíduos que irão participar de um determinado programa são selecionados via sorteios.

No entanto, devido a critérios de seleção específicos adotados pelo programa e questões éticas sobre a exclusão de beneficiários, esse procedimento não é adotado pela maior parte dos programas sociais do Brasil, e especificamente pelo programa Banco do Povo Paulista.

Assim, optou-se por realizar um estudo quase-experimental em que, na falta de seleção aleatória de beneficiários, utiliza-se um conjunto de informações auxiliares para minimizar a influência de fatores exógenos nos efeitos a serem mensurados.

Um grupo de controle possível nesse tipo de estudo seria aquele formado pelos indivíduos que compõem a “fila” do Programa, ou seja, foram selecionados, mas ainda não receberam o benefício. Porém, como no momento do planejamento do estudo não havia “fila” no Programa, optou-se por trabalhar como grupo de comparação os indivíduos com menos de um ano no Programa.

Os resultados obtidos a partir dessa abordagem mostraram o impacto positivo do Programa nos rendimentos de seus beneficiários, em especial entre aqueles que tomaram empréstimo como pessoa jurídica e que representam quase 60% dos beneficiários do Programa no período avaliado. Para pessoas físicas o aumento na retirada mensal representado pelo Programa é de 2% em média, já para as pessoas jurídicas corresponde a pouco mais de 4% do seu faturamento médio anual.¹¹ Tal impacto é maximizado quando o beneficiário pessoa jurídica solicitou o empréstimo para investimento fixo.

Uma das possíveis explicações para a diferença de resultados do programa entre os dois tipos de beneficiários – pessoa física e pessoa jurídica – pode estar no fato de que esses últimos tenham atividades/negócios mais estruturados e, portanto,

¹¹ Esses percentuais foram calculados considerando-se a retirada mensal média e o faturamento médio anual e os aumentos na renda derivados do programa apresentados nas Tabelas 14 e 18.

com maior probabilidade de serem bem-sucedidos quando comparados com beneficiários pessoas físicas.

A partir desses resultados e visando aumentar o impacto do programa, apresentam-se, a seguir, algumas recomendações.

- Ao disponibilizar crédito para pequenos empresários com juros inferiores aos praticados pelo mercado financeiro, o programa pode ter um importante papel para auxiliar o desenvolvimento de economias locais, principalmente pequenos e médios municípios. Dada a característica do programa, uma análise de custo efetiva poderia fornecer importantes informações sobre os diferentes modelos possíveis para a concessão do crédito, considerando-se as diversas regiões do estado e suas características de desenvolvimento econômico e social.
- É necessária uma análise mais detalhada sobre as características do negócio/atividade financiado tanto para pessoas físicas quanto jurídicas. Para tanto, necessita-se de informações sobre a atividade realizada que não estão contempladas no cadastro de beneficiários. Essa análise permitiria identificar as iniciativas mais bem-sucedidas, assim como os perfis de negócio que precisaram de maior apoio para atingir o resultado esperado nesse tipo de programa. Sugere-se, assim, a incorporação de informações complementares no cadastro.
- A partir da análise de custo-efetividade e da identificação de perfis de negócios seria possível, em tese, a expansão do mesmo com a garantia de atingir os resultados esperados do programa.

ANEXO 1

Questionário

IDENTIFICAÇÃO RESPONDENTE

ID	Telefones de contato [(0xx) número]
<input type="text"/>	<input type="text"/>
	<input type="text"/>
	<input type="text"/>

Nome do contrato [nome pessoa física /razão social ou nome fantasia da pessoa jurídica]

Nome do beneficiário	Data de nascimento
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Apresentação:

Bom dia / boa tarde! Sou "Fulano de Tal", da Fundação Seade ligada a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, que está realizando uma pesquisa para subsidiar ações de melhoria no Programa Banco do Povo. Como o Sr.(a) obteve empréstimo desse programa, gostaríamos de contar com a sua colaboração.
Todas as suas respostas são confidenciais e serão usadas exclusivamente para fins estatísticos.

INFORMAÇÕES DA EMPRESA OU NEGÓCIO

1. Atualmente, você tem um negócio/empresa em atividade?

- 1 Sim ▶ Siga 3
- 2 Não ▶ Siga 2
- 3 Não sabe / Não quer informar ▶ Siga 3

2. Atualmente, você exerce outra atividade no mercado de trabalho como:

Ler e marcar somente uma.

- 1 Assalariado com carteira assinada
- 2 Assalariado sem carteira assinada
- 3 Funcionário público municipal, estadual, federal
- 4 Empregado doméstico
- 5 Profissional liberal
- 6 Conta-própria / Autônomo
- 7 Outra. Qual?
- 8 Não
- 9 Não sabe / Não quer informar
- Encerre**

3. Incluindo você, quantas pessoas trabalham atualmente na empresa ou negócio?

Atenção: se o entrevistado declarar que trabalha sozinho, registre 1 (um).

Número de pessoas

Não quer informar

RENDIMENTO

4. No mês passado, qual foi o valor de sua retirada, pró-labore ou salário?

Registre o valor desprezando os centavos.

1 Valor 2 Não sabe 3 Não quer informar

5. No mês passado, você obteve renda de outras fontes?

Registre o valor desprezando os centavos.

1 Sim. Valor: 3 Não sabe
 2 Não 4 Não quer informar

6. No mês passado, qual foi o valor do faturamento bruto da empresa / negócio?

Registre o valor desprezando os centavos.

1 Valor 2 Não sabe 3 Não quer informar

7. Qual foi o valor do faturamento bruto da empresa / negócio no ano de 2016?

Registre o valor desprezando os centavos.

1 Valor 2 Não sabe 3 Não quer informar

Se não informou valor de salário mês passado e faturamento do ano 2016
(Q4 = 2, 3 e Q7 = 2,3)

► Encerre

Caso contrário

► Siga 8

PERCEÇÃO DE MELHORIA

8. Comparando a situação atual de sua empresa / negócio com o momento que entrou no Programa Banco do Povo, você diria que:

Ler as alternativas e marcar, em cada uma, (1) Melhorou, (2) Piorou, (3) Manteve-se igual ou (4) Não sabe avaliar.

Itens	Melhorou	Piorou	Manteve-se igual	Não sabe avaliar
A condição de renda da empresa ou negócio	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
A condição das instalações e equipamentos	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
A capacidade produtiva da empresa/negócio	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>
O processo de trabalho	1 <input type="checkbox"/>	2 <input type="checkbox"/>	3 <input type="checkbox"/>	4 <input type="checkbox"/>

SOBRE O EMPRÉSTIMO

9. O empréstimo solicitado ao Banco do Povo já foi quitado?

1 Sim

2 Não

3 Não sabe / Não quer informar

PERFIL

10. Atualmente, você exerce outra atividade no mercado de trabalho como:

Ler e marcar somente uma.

1 Assalariado com carteira assinada

2 Assalariado sem carteira assinada

3 Funcionário público municipal, estadual, federal

4 Empregado doméstico

5 Profissional liberal

6 Conta-própria / Autônomo

7 Outra. Qual?

8 Não

9 Não sabe / Não quer informar

**CONTROLE DAS
ENTREVISTAS**

1 Realizada

2 Recusa

3 Situação de inadimplência (Declaração espontânea)

4 Sem contato

5 Não localizado

6 Empresa sem atividade (Q1=2 / Substituir empresa)

7 Sem informação de rendimento (Q4 = 2, 3 e Q7 = 2,3 / Substituir empresa)

ANEXO 2
Perfil dos beneficiários
segundo situação do negócio

Tabela 1
Distribuição dos beneficiários da amostra, renda e valor do empréstimo, por situação do negócio, segundo características do negócio e do beneficiário
Estado de São Paulo – 2017

Características do negócio e do beneficiário	Situação do negócio		
	Total	Em atividade	Sem atividade
Beneficiários avaliados (%)	100,0	88,4	11,6
Outra atividade que exerce atualmente no mercado de trabalho (%)			
Assalariado com carteira assinada	-	-	22,2
Assalariado sem carteira assinada	-	-	3,3
Funcionário público municipal, estadual, federal	-	-	6,2
Empregado doméstico	-	-	1,2
Profissional liberal	-	-	1,4
Conta-própria / autônomo	-	-	16,5
Outra	-	-	2,4
Não exerce nenhuma atividade	-	-	44,6
Não sabe / não quer informar	-	-	2,2
Dados cadastrais – no momento do empréstimo			
Ano de concessão do crédito (%)	100,0	100,0	100,0
2014	33,6	31,9	46,9
2015	34,8	34,7	35,7
2016	31,6	33,4	17,5
Tipo de empréstimo (%)	100,0	100,0	100,0
Capital de giro	51,7	51,5	53,2
Investimento fixo	48,3	48,5	46,8
Tipo de pessoa (%)	100,0	100,0	100,0
Pessoa física	40,8	39,3	51,8
Pessoa jurídica	59,2	60,7	48,2
Sexo (%)	100,0	100,0	100,0
Mulheres	44,9	43,5	56,2
Homens	55,1	56,5	43,8
Faixa etária (%)	100,0	100,0	100,0
18 a 34 anos	26,8	25,9	33,2
35 a 44 anos	26,7	27,2	23,2
45 a 59 anos	37,0	38,0	29,5
60 anos e mais	9,5	8,8	14,1
Idade média (em anos)	43,5	43,6	42,9

(continua)

Tabela 1
Distribuição dos beneficiários da amostra, renda e valor do empréstimo, por situação do negócio, segundo características do negócio e do beneficiário
Estado de São Paulo – 2017

Características do negócio e do beneficiário	Situação do negócio		
	Total	Em atividade	Sem atividade
Grau de instrução (%)	100,0	100,0	100,0
No máximo ensino fundamental	24,2	23,9	27,2
Ensino médio	55,3	55,9	50,9
Ensino superior	20,5	20,3	21,9
Ramo de atividade (%)	100,0	100,0	100,0
Agronegócio	5,7	5,8	4,9
Comércio	50,2	49,4	56,0
Indústria	1,7	1,7	1,5
Serviços	42,4	43,1	37,5
Média (em reais)			
Salário líquido	1.397,78	1.418,89	1.236,66
Outras rendas	270,82	264,06	322,33
Faturamento médio dos últimos três anos	63.108,67	64.681,73	51.106,10
Faturamento anual último ano	45.980,21	46.685,35	40.599,96
Valor do empréstimo	6.360,32	6.474,01	5.492,83

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: As informações cadastrais apresentadas foram extraídas do Cadastro de Beneficiários do Banco do Povo Paulista.

ANEXO 3
Perfil dos beneficiários
inadimplentes

Tabela 1
Distribuição dos beneficiários por condição de inadimplência segundo
atributos pessoais
Estado de São Paulo – 2017

Atributos pessoais	Inadimplente	Adimplentes
Total	100,0	100,0
Sexo		
Mulheres	52,6	44,9
Homens	47,4	55,1
Faixa etária		
16 a 34 anos	41,8	26,8
35 a 44 anos	28,2	26,7
45 a 59 anos	24,2	37,0
60 anos e mais	5,7	9,5
Instrução		
No máximo ensino fundamental	23,5	24,2
Ensino médio	63,3	55,3
Ensino superior	13,2	20,5

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: As informações apresentadas na tabela foram extraídas do Cadastro de Beneficiários do Banco do Povo Paulista.

Tabela 2
Distribuição dos beneficiários por condição de inadimplência segundo
características do crédito concedido
Estado de São Paulo – 2017

Características do crédito concedido	Inadimplente	Adimplentes
Total (%)	100,0	100,0
Ano de concessão do crédito (%)		
2014	62,0	33,6
2015	32,3	34,8
2016	(1) 5,7	31,6
Tipo de pessoa (%)		
Física	36,8	40,8
Jurídica	63,2	59,2
Tipo de empréstimo (%)		
Capital de giro	54,7	51,7
Investimento fixo	45,3	48,3
Número médio de parcelas do contrato	28,0	-
Número médio da parcela atual	10,0	-
Número médio de parcelas que faltam	18,0	-

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

(1) Obtiveram o crédito nos meses de janeiro, fevereiro, março ou abril de 2016.

Nota: Informações derivadas do Cadastro do Banco do Povo Paulista.

ANEXO 4
Perfil dos beneficiários
pessoas físicas segundo
tempo no programa

Tabela 1
Faturamento médio anual dos beneficiários pessoas físicas, segundo ano de concessão do crédito
Estado de São Paulo – 2017

Anos	Faturamento médio anual bruto (em reais de maio de 2017)		Variação no período (%)
	Concessão do crédito	Pesquisa	
Total	30.433	49.350	62,2
2014	28.809	45.675	58,5
2015	33.209	51.553	55,2
2016	29.029	50.686	74,6

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Tabela 2
Distribuição dos beneficiários pessoas físicas segundo características do crédito concedido e faturamento médio anual declarado no momento da concessão do crédito, por tempo no programa
Estado de São Paulo – 2017

Características do crédito concedido	Tempo no programa		
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Total (%)	19,0	81,0	100,0
Ano de concessão do crédito (%)	100,0	90,4	100,0
2014	-	46,5	37,6
2015	-	43,9	35,6
2016	100,0	(1) 9,6	26,8
Tipo de empréstimo (%)	100,0	100,0	100,0
Capital de giro	49,7	44,5	45,5
Investimento fixo	50,3	55,5	54,5
Faturamento médio anual declarado no momento da concessão do crédito (em reais de maio de 2017) (2)	32.333	29.987	30.433
2014	-	28.809	28.809
2015	-	33.209	33.209
2016	32.333	20.930	29.029

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

(1) Obtiveram o crédito nos meses de janeiro, fevereiro, março ou abril de 2016.

(2) Valores corrigidos pelo INPC de maio de 2017.

Nota: Informações derivadas do Cadastro do Banco do Povo Paulista.

Tabela 3
Distribuição dos beneficiários pessoas físicas segundo atributos pessoais, por
tempo no programa
Estado de São Paulo – 2017

Atributos pessoais	Tempo no programa		
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Total
Total	100,0	100,0	100,0
Sexo			
Mulheres	45,9	48,2	47,8
Homens	54,1	51,8	52,2
Faixa etária			
16 a 34 anos	27,6	25,8	26,1
35 a 44 anos	20,6	23,1	22,6
45 a 59 anos	35,4	35,7	35,7
60 anos e mais	16,5	15,4	15,6
Raça/cor			
Branca	77,0	76,2	76,3
Negra/Parda	10,9	12,0	11,8
Amarela/Indígena	0,7	0,7	0,7
Sem declaração	11,4	11,1	11,2
Instrução			
No máximo ensino fundamental	32,7	31,5	31,7
Ensino médio	50,3	51,2	51,0
Ensino superior	17,0	17,3	17,2

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa de Avaliação do Impacto na Renda e/ou nas Condições de Vida dos Beneficiários do Programa Banco do Povo Paulista.

Nota: Informações derivadas do Cadastro do Banco do Povo Paulista.